

A Universidade nas Representações Sociais de professores do curso de Pedagogia de uma instituição pública alagoana

Mônica Patrícia da Silva Sales¹

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8626-2102>

Heloisa Helena Bezerra de Araújo²

Orcid: <http://orcid.org/0009000425370726>

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e teve como objetivo central identificar as representações sociais de docentes sobre a universidade. A pesquisa baseia-se na Teoria das Representações Sociais, teve como campo de pesquisa o curso de Pedagogia da UFAL e contou com a participação de 26 docentes. Para a coleta de dados utilizamos a Técnica de Associação Livre de Palavras e no tratamento dos dados a técnica de análise de conteúdo temática (BARDIN, 1977). Os resultados mostram que a universidade é percebida como um centro de produção de conhecimento, com ênfase na formação social e política dos sujeitos nela presentes. A representação social compartilhada pelos docentes está objetivada na função formativa da universidade e ancora seus elementos em sua função social e política. A pesquisa contribui para a reflexão sobre o papel social deste campo, sua difusão e propagação, sobretudo, em tempos de desprestígio social e descrença na contribuição científica e formativa da universidade.

Palavras-chave: universidade; professores; representações sociais. Alagoas.

Abstract

This article presents the results of research conducted within the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships, with the central objective of identifying the social representations of professors regarding the university. The research is based on the Theory of Social Representations, and its field of study was the Pedagogy course at UFAL (Federal University of Alagoas), with the participation of 26 professors. Data collection involved the Free Word Association Technique, and data processing employed thematic content analysis (BARDIN, 1977). The results show that the university is perceived as a center for knowledge production, with an emphasis on the social and political formation of the individuals within it. The social representation shared by the professors is objectified in the formative function of the university and anchors its elements in its social and political role. The research contributes to reflection on the social role of this field, its diffusion and propagation, especially in times of social disrepute and disbelief in the scientific and formative contribution of the university.

Keywords: university; professors; social representations. Alagoas.

Referência: SALES, Mônica Patrícia da Silva; ARAÚJO, Heloisa Helena Bezerra de. A Universidade nas Representações Sociais de professores do curso de Pedagogia de uma instituição pública alagoana. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 10, e202510001, 2025. DOI <https://doi.org/10.13037/reae.vol10.e202510001>

¹ Doutora em educação. Professora do Setor de Didática e Práticas de Ensino da Universidade Federal de Alagoas. Alagoas – Brasil. E-mail: monica.sales@cedu.ufal.br

² Pedagoga. Universidade Federal de Alagoas. Alagoas – Brasil. E-mail: heloisa.araujo@cedu.ufal.br



1 Introdução

Nas últimas décadas, as Universidades passaram por diversas mudanças que impactaram sua estrutura, conteúdos e dinâmicas de funcionamento. O ritmo frenético de mudança constante alterou não apenas a formação e estrutura das Universidades, mas transformou também, ao longo dos anos, os sentidos que os indivíduos atribuem a ela.

Entre os principais acontecimentos que marcaram o contexto da educação superior podemos destacar: 1) a reforma da Educação Superior, 2) a expansão e interiorização das universidades públicas brasileiras, 3) a criação de políticas de financiamento como forma de estímulo e aperfeiçoamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), 4) a criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI - 2006) e 5) a instituição de programas de cotas. Todas essas transformações contribuíram para que as universidades públicas brasileiras tivessem um aumento significativo no número de matrículas.

A academia, tradicionalmente vista como um espaço de aprimoramento pessoal e intelectual restrito a uma elite, passou a integrar o âmbito do bem econômico e beneficiar a comunidade como forma de retorno aos investimentos ali aplicados. De um espaço privilegiado e ocupado por poucos, se transformou num espaço que integra e acolhe diferentes grupos sociais. Acerca disso, Zabalza (2004) discute sobre as diversas mudanças que ocorreram na educação superior e pondera:

De um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico. De lugar reservado a uns poucos privilegiados, tornou-se um lugar destinado ao maior número possível de cidadãos. De um bem diferenciado ao aprimoramento de indivíduos, tornou-se um bem cujo beneficiário é o conjunto da sociedade [...]. De instituição com uma “missão” que ultrapassa os compromissos terrenos imediatos, tornou-se uma instituição para a qual se encomenda um “serviço” que deve resultar na melhor preparação e competitividade da força do trabalho da sociedade à qual pertence. De instituição conduzida por acadêmicos que definiam sua orientação e administravam seu desenvolvimento, tornou-se mais um espaço em que se destacam as prioridades e as decisões políticas. (Zabalza, 2004, p. 25)

Esta análise, embora tenha sido pensada no contexto universitário espanhol, assemelha-se com o cenário brasileiro e fomenta a necessidade de uma profunda reflexão sobre as mudanças ocorridas na educação superior e na forma como os indivíduos que a compõem a concebem. Sobretudo, no contexto político contemporâneo em que o negacionismo da ciência, o conservadorismo e os ataques diretos a universidade são marca registrada de governos neoliberais e ultradireitistas se faz crucial discutir e analisar a universidade como um campo de disputa de poder político, científico, social e cultural.

Zabalza (2004) ao analisar as concepções e o papel social das instituições de ensino superior reflete que a principal mudança está na relação entre sociedade e universidade, isso porque antes estes espaços constituíam lugar privilegiado socialmente e destinado a poucos indivíduos. Com a crescente ênfase na aplicação prática do conhecimento, as universidades passaram a ser vistas não apenas como centros de desenvolvimento individual, mas como instituições cujo valor é medido também pelo retorno que proporcionam à comunidade e aos investimentos que recebem.

Esta mudança de cenário reflete uma alteração no campo científico que deixou de ser exclusivo, tornando-se acessível a um público mais amplo, permitindo a inclusão e o acesso ao conhecimento. Em consequência, elas se transformaram em catalisadores para o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a prosperidade coletiva e para a redução das desigualdades, ao mesmo tempo que alinharam suas atividades e pesquisas com as



necessidades e demandas da sociedade. Assim, a academia se redefine como um elemento crucial na promoção do progresso social e econômico, impactando na melhoria das condições de vida e no desenvolvimento social e profissional como um todo.

Este contexto de mudanças reflete socialmente, profissionalmente e pessoalmente na vida daqueles que compõem esse campo de atuação. Diante disso, nos interessa entender as representações sociais construídas e/ou em construção que circulam entre os sujeitos do campo para melhor compreender como esses sujeitos pensam e agem frente ao objeto investigado.

Para tanto, apoiamo-nos na Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici que se caracteriza como uma abordagem psicosocial que examina como os indivíduos e grupos constroem, compartilham e utilizam conhecimentos e significados para entender e interagir com o mundo social. De acordo com Moscovici (2009) esta teoria destaca-se por ser uma teoria de fatores reais, com poder averiguador para compreensão dos processos sociocognitivos e dos comportamentos sociais dos sujeitos.

Neste trabalho, selecionamos a Abordagem Estrutural, desdobramento teórico da grande teoria. Tal abordagem foi concebida por Jean-Claude Abric (2000), e se concentra na análise da organização das representações sociais, oferecendo uma maneira detalhada de entender como elas são estruturadas e como suas diferentes partes se relacionam. De acordo com o autor, esta abordagem proporciona uma análise dos conteúdos das representações e de sua estrutura interna, que se dividem em duas: núcleo central e periferia, sendo a primeira um sistema de caráter consensual e inflexível e o segundo possui um caráter individualizado e moldável.

Com base nessa teoria, entendemos que o ser humano é em sua essência um ser de relações, cujas ações e comportamentos estão enraizados em uma busca incessante por significados. A teoria sugere que as pessoas constroem e interpretam a realidade através de um complexo sistema de representações sociais, que são um conjunto de significados compartilhados e construídos coletivamente dentro de um grupo social. Assim, cada ação humana não ocorre em um vácuo, mas é fundamentada na interatividade e na troca de significados entre indivíduos.

As representações sociais compõem uma forma de conhecimento advinda do cotidiano dos sujeitos. É o conhecimento ligado ao senso comum - ou universo consensual, como salienta Moscovici - em que os indivíduos refletem e agem sobre a realidade em que estão inseridos. Dessa maneira, a formação das representações se dá através das relações sociais vivenciadas diariamente pelos indivíduos. À vista disso, a teoria permite analisar como os sujeitos, através de suas relações sociais cotidianas, entendem e constroem conceitos e imagens de determinado objeto ou fenômeno social.

Sá (1995) sugere que a função das representações sociais é guiar as práticas e relações sociais, os comportamentos e atitudes dos sujeitos. O autor ainda ressalta que a função identitária também faz parte das representações sociais, haja vista que os sujeitos se encontram em seus grupos de pertença. Além disso, as representações possuem uma função justificatória, para explicar e justificar as condutas e tomadas de decisão, logo é de extrema importância considerar a condição de produção e quem produziu determinada representação.

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo compreender os sentidos atribuídos à Universidade por professores universitários, identificar o núcleo central e a estrutura das representações sociais de Universidade compartilhadas por professores e analisar os elementos da prática pedagógica que influenciam na construção destas representações. Para tal, a base dos tópicos das nossas discussões reúne a visão de Serge Moscovici, Jean-Claude Abric, Celso Pereira de Sá, Denise Jodelet e outros pesquisadores de suma importância na psicologia, sociologia e pedagogia.

Este artigo está organizando em cinco sessões, a primeira é a introdução onde apresentamos a pesquisa e contextualizamos o objeto investigado. Na segunda sessão, discutimos a abordagem teórica da pesquisa, na terceira, apresentamos o percurso metodológico. A quarta sessão discute os principais resultados da investigação e a última sessão traz as conclusões e contribuições identificadas.

2 Teoria das Representações Sociais

O conceito de representação social foi elaborado por Serge Moscovici em 1961, por meio de um estudo no âmbito da psicanálise e tem como referências a psicologia e a sociologia. Sua teoria marcou o rompimento da corrente psicológica cognitivista advinda do Estados Unidos e defendia a junção do estudo do campo individual com o social, de maneira que todos os campos fossem compreendidos. A Teoria das Representações Sociais busca compreender como os indivíduos e grupos criam, compartilham e utilizam significados sobre o mundo ao seu redor, explorando como as ideias, crenças e percepções sociais são formadas e disseminadas dentro de uma sociedade, e como elas moldam e são moldadas pelas interações sociais.

A teoria de Moscovici sugere a noção de que as representações sociais são construções cognitivas que ajudam os indivíduos a compreenderem e dar sentido ao seu ambiente social e cultural. A origem da teoria advém do pensamento de representação coletiva elaborado por Émile Durkheim (1898), que partia do âmbito da sociologia e entendia que os grupos não poderiam decidir sozinhos as representações.

Uma representação social é, essencialmente, um conjunto de ideias e pensamentos que nos permite evocar algo (uma pessoa, um objeto, um acontecimento); tais representações são resultado de interações sociais em determinados contextos. Dentro de uma sociedade, as representações que se formam são extremamente importantes, porque influenciam e sustentam práticas de um determinado grupo social, dado que refletem justamente em seus comportamentos e atitudes.

Elas traduzem as formas de conhecimento coletivas que ajudam a interpretar a realidade produzida e compartilhada socialmente e têm um caráter híbrido, misturando o conhecimento científico com a sabedoria popular. A teoria lança uma lente poderosa sobre o senso comum, pois busca dar sentido a todas as atitudes, pensamentos e falas das pessoas. Para Moscovici, o universo do saber comum precisa ser consolidado, pois traz nosso modo de ser, de agir e de pensar pontualmente por que se apropria do científico para torná-lo comum.

2.1 Universo consensual e universo reificado

Moscovici ao elaborar a Teoria das Representações Sociais formou um sistema de pensamentos e o dividiu em duas classes de universos divergentes: o universo consensual e o universo reificado. Para o autor, os conceitos de universo consensual e universo reificado são fundamentais para entender como as representações sociais se formam, se consolidam e influenciam a percepção e o comportamento dos indivíduos em uma sociedade. Estes conceitos ilustram diferentes maneiras pelas quais as representações sociais são vivenciadas e operacionalizadas.

O primeiro universo, o consensual, refere-se a atividades relacionadas ao senso comum e a elaboração da construção do real a partir do meio onde os sujeitos vivem, de maneira que se explique, por meio de suas teorias, sem necessariamente ser um especialista ou pesquisador do assunto. O universo consensual é um conjunto de representações sociais compartilhadas por



um grupo que se estabelece e se mantém através da interação social e da comunicação. É justamente neste universo que as representações sociais aparecem.

Já o universo reificado, refere-se ao processo pelo qual as representações sociais são transformadas em estruturas mais rígidas e formalizadas. Os saberes e conhecimentos científicos se manifestam através da objetividade, da ciência e do percurso metodológico. Todavia, tanto um quanto outro não se opõem, pelo contrário eles se relacionam, para que possam dar forma a realidade.

Assim, as interações sociais proporcionam interpretações a respeito das vivências dos sujeitos, de maneira que as tornem comuns a um grupo social. A partir disto, o universo reificado é moldado a um determinado contexto social, ganhando um novo aspecto, com significação própria. Sobre isto, Moscovici (2003, p.17) relata: “a representação toma o lugar da ciência e, por outro, a constitui (ou reconstitui) a partir das relações sociais envolvidas”. Desse modo, a ciência passa a fazer parte do universo consensual dos indivíduos e integra-se a sua própria cultura; o reificado é transformado em consensual.

Oliveira; Werba (2001) discorrem sobre os dois universos, ao declarar que o universo reificado está ligado a mundos restritos, no qual as ciências e o conhecimento teórico circulam. As autoras ainda reconhecem que neste universo há um sistema de diferentes papéis desempenhados na sociedade, no qual os participantes são desiguais. Já no universo consensual, se encontram as teorias do senso comum; é nele que as práticas do cotidiano, o conhecimento prático e a elaboração de representações sociais se encontram. Neste sentido, os sujeitos são vistos na sociedade como iguais, onde cada um pode falar em nome do grupo.

Os dois universos são interdependentes e interagem de maneira dinâmica. As representações sociais começam no universo consensual, onde são construídas e negociadas socialmente. Com o tempo, algumas dessas representações podem se reificar, através de um conhecimento mais aprofundado e científico, adquirindo uma forma mais rígida e institucionalizada. No entanto, mesmo as representações reificadas podem voltar a ser questionadas e revisadas no contexto do universo consensual, refletindo a natureza contínua e fluida das representações sociais na sociedade.

2.2 Objetivação e ancoragem

Conforme Moscovici (2009), toda e qualquer representação tem como princípio a familiarização do desconhecido. Para tal, dois mecanismos de natureza psicológica e social se desenvolvem: o da objetivação e o da ancoragem, o que segundo Mazzotti (1994, p.63) serve para “destacar uma figura e, ao mesmo tempo, carregá-la de um sentido, inscrever o objeto em nosso universo”. Estes dois processos acontecem na construção das representações e são inseparáveis e articulados.

A objetivação é um processo fundamental na produção de representações sociais e refere-se à transformação de conceitos abstratos, ou seja, o desconhecido, em formas concretas e tangíveis, materializando as ideias e as transformando em objetivas, facilitando assim a compreensão e a comunicação de ideias. Isto significa dizer que a objetivação conecta as ideias, até então, não familiarizadas e desconhecidas e as torna parte integrante da realidade do grupo. Este processo permite trazer aquilo que era, até então, desconhecido, para o universo do conhecido (Moscovici, 2009).

De acordo com Jodelet (2001), o processo de objetivação acontece em três diferentes fases, sendo elas: a) construção seletiva, que reflete à apropriação do conhecimento, a partir das experiências e conhecimentos que determinado grupo já possui; b) esquematização estruturante, que refere-se a formação de um núcleo figurativo, onde o sujeito se beneficia das informações



e dados que já tem para que se compreenda o novo; e finalmente, c) a naturalização que relaciona-se a concretização daquilo que era até então abstrato, tornando-se quase palpável. A partir disto, o conceito está enraizado e passa a ser considerado parte integrante do universo consensual.

O segundo processo é a ancoragem e é relativo à classificação e nomeação a certo objeto; ou seja, é o momento no qual a ideia é trazida para o contexto do conhecido. Nessa situação nomeia-se aquilo que antes não tinha nome, de maneira que se possa imaginá-lo e representá-lo. Desse modo, a ancoragem é o mecanismo pelo qual novas informações e conceitos são integrados e interpretados com base em representações sociais já existentes. Esse processo permite que novas ideias sejam assimiladas e compreendidas dentro do contexto do conhecimento e das crenças previamente estabelecidas.

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. (Moscovici, 2003, p. 62)

Entende-se assim, que o processo de ancoragem é também o processo de familiarização daquilo que é novo, para que se torne um conhecimento capaz de influenciar outros sujeitos, indicando uma verdade para certo grupo. Segundo Jovchelovitch (2003), é importante entender que esse processo envolve um juízo de valor, pois envolve valores sociais.

Para Jodelet (2005, p.315) quando nós proferimos um pensamento, estamos automaticamente expondo quem somos:

[...] cada vez que exprimimos uma ideia, uma concepção, uma adesão, dizemos algo de nós mesmos. Aderir a uma representação é particular de um grupo, de uma ligação social, mas também expressa algo de sua identidade que pode ter um efeito sobre a construção do objeto.

Outrossim, vale salientar que os dois processos, tanto ancoragem quanto objetivação, não podem ocorrer em momentos distintos. Os dois se desenvolvem simultaneamente, conversam entre si para que então deem origem à representação social. A objetivação é a imagem que acompanha a ancoragem, que por sua vez é o conceito. Nessa perspectiva, Moscovici alude:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro; está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (Moscovici, 2003, p. 78)

Deste modo, podemos considerar que as respostas evocadas pelos docentes sobre o que é universidade podem apontar formas de objetivação e mostrar sobre quais categorias e saberes elas estão ancoradas. As representações sociais conduzem as práticas dos indivíduos. Portanto, consideramos de grande importância conhecer as representações sociais dos docentes sobre universidade, pois dessa maneira poderemos compreender como tais representações repercutem em suas práticas formativas.

2.3 Núcleo central e periferia das representações sociais

A Teoria do Núcleo Central, também conhecida como Abordagem Estrutural, desenvolvida por Abric em 1976, traz um novo entendimento sobre a representações sociais. Segundo Abric, toda e qualquer representação social está organizada à volta de um núcleo central e um sistema de periferias. É importante destacar que o conceito de Abric não pretende substituir a teoria de Moscovici, pelo contrário, busca contribuir com o seu avanço e disseminação na prática social e na pesquisa, trata-se de um dos muitos desdobramentos teóricos da teoria moscoviciana.

A Teoria do Núcleo Central entende as representações sociais como um sistema organizado e estruturado composto por diversas informações, e se organizam em torno de um núcleo central e de um sistema periférico. O núcleo central é composto pelos elementos mais estáveis e centrais de uma representação social que define sua significação e sua organização interna, enquanto o sistema periférico é constituído por elementos mais flexíveis e secundários e constituem a parte mais operatória da representação. Essa estrutura hierárquica permite que a representação mantenha uma coesão e uma continuidade, ao mesmo tempo em que permite alguma adaptação e flexibilidade ao contexto de produção.

Abric (1994, apud Sá, 2002) esclarece que “toda representação está organizada em torno do núcleo central, que determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna. O núcleo central é um subconjunto da representação”. O núcleo central exibe duas funções essenciais, sendo elas: 1) função geradora, que se refere à criação ou transformação do significado dos componentes da representação; e 2) função organizadora, a qual define a união entre os elementos da representação. Desse modo, entende-se que o núcleo central confere significado à representação e é ele o responsável pela união e consolidação dos elementos periféricos, que se organizam em torno dele.

O núcleo é formado pelos componentes mais estáveis e permanentes da representação social, ou seja, embora as representações sejam móveis e fluidas, uma vez que são ajustadas ao contexto em que estão inseridas, o núcleo assegura a continuidade nestes contextos de mudanças. Toda e qualquer modificação no núcleo central acarreta numa transformação integral da representação.

O sistema central encarrega-se de gerar um significado para representação e assim, determinar sua organização. A representação social mantém um núcleo central mais resistente às mudanças, pois é ela que, ligada à história do sujeito ou grupo certifica a significação, a consistência e a permanência da representação (Abric, 2000, p.31).

O sistema periférico é móvel e sensível ao contexto imediato, se organizam em torno do sistema central e pode-se dizer que é o responsável pela manutenção e atualização da representação. É na periferia que as contradições da representação podem aparecer e serão toleradas (Abric, 1994).

Portanto, que uma representação se caracteriza por ser tanto sólida quanto móvel, tão consistente quanto flexível, caracterizando assim, dois sistemas presentes nas representações sociais, o central e o periférico. O primeiro define a disposição e gera o significado de uma representação, ao passo que a periferia se define como a moldagem à realidade concreta.

3 Metodologia

Este artigo, de natureza qualitativa, abordagem que prima pela necessidade de aprofundar-se no universo conceitual dos sujeitos, “[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”

(Chizzotti, 2001, p.79). O pensamento qualitativo é favorável principalmente para os estudos em representações sociais, pois reconhecem o processo interativo entre sujeito e objeto.

O estudo compõe uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC. O aporte teórico é a Teoria das Representações Sociais, mais especificamente a abordagem estrutural proposta por Abric (2000). O objeto de estudo são as representações sociais de universidade compartilhadas por docentes e para o desenvolvimento de tal investigação, nomeamos como cenário da pesquisa o curso de Pedagogia do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. A escolha deste campo empírico como se deu primeiramente pela aproximação que temos com o lugar, pois a instituição é o espaço de nossa formação e o curso de Pedagogia por ser um dos cursos de licenciatura com o maior índice de matrículas e a maior concentração de oferta de vagas do estado.

A escolha pelos docentes como participantes desta pesquisa se deu pelo desejo de compreender os sentidos atribuídos a universidade e seus impactos na formação acadêmica dos discentes assim como no desenvolvimento social e profissional destes sujeitos. Pressupomos que a representação que os docentes elaboram sobre universidade tem implicações diretas na maneira como eles se posicionam e se relacionam com o campo, seus pares e seus alunos.

O estudo envolveu 26 docentes, sendo 2 mestres e 24 doutores, do curso de Pedagogia da UFAL. Para a seleção do grupo de docentes que participaram do estudo, foram utilizados dois critérios, sendo eles: 1) disponibilidade de interesse em participar da pesquisa; e 2) ser professor efetivo do curso de Pedagogia da UFAL.

Utilizamos como instrumento de análise a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). A TALP faz parte das chamadas técnicas projetivas, e orienta-se pela tese de que a organização psicológica do indivíduo se manifesta por meio de suas ações, condutas, evocações, escolhas. Ainda que a técnica tenha surgido no âmbito clínico, no início do século XX, foi somente nos anos 80 que começou a ser utilizado no cenário de pesquisas da Psicologia Social, com destaque nos estudos das representações sociais (Bú; Coutinho, 2017). A técnica revela não apenas como os indivíduos relacionam palavras entre si, mas também pode fornecer uma visão sobre as influências culturais e pessoais na construção de significados.

A coleta de dados foi realizada *online*, através de um questionário disponibilizado pelo *Google Forms*, com perguntas que incluíam o perfil dos participantes: gênero, faixa etária, raça, titulação, categoria funcional, regime de trabalho, tempo de exercício e atividades que desenvolve na Universidade. A divulgação dos formulários foi feita através das redes sociais, *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*. A coleta de dados deveria ter sido realizada presencialmente, porém devido ao isolamento social decorrente do período pandêmico, foi realizada de maneira virtual.

No questionário, incluímos a Técnica de Associação Livre de Palavras através da qual os sujeitos da pesquisa deveriam escrever cinco palavras que completariam o seguinte termo indutor “Universidade é...”, após listarem as cinco palavras os participantes deveriam escolher entre as palavras listadas, uma que considerasse mais importante e justificar sua escolha. Segundo Sá (1995) e Oliveira et.al (2005), essa hierarquização acarreta numa racionalização e um trabalho cognitivo que permite que acessemos a representação tida por aquele sujeito.

A técnica utilizada se caracteriza pelo caráter espontâneo, o que reduz as dificuldades e os limites das expressões discursivas, uma vez que, geralmente em entrevistas dessa natureza os sujeitos tendem a mascarar elementos de seu discurso (Oliveira et.al, 2005).

As respostas aos formulários foram tratadas com o auxílio da análise de conteúdo temática, proposta por Bardin (1977). A análise de conteúdo expõe duas funções que se completam: a tentativa exploratória que expande a descoberta de conteúdos aparentes e a confirmação das hipóteses.



A análise manual dos dados assegurou a validade dos resultados ao possibilitar um exame minucioso e sistemático do material empírico, garantindo maior controle sobre a organização, a contabilização das frequências e a hierarquização das evocações. Esse procedimento mostrou-se adequado ao número de participantes e coerente com os pressupostos da teoria, permitindo a identificação consistente dos elementos do núcleo central e do sistema periférico.

Ademais, a articulação entre a Técnica de Associação Livre de Palavras e a análise de conteúdo temática favoreceu a triangulação entre dados quantitativos e qualitativos, conferindo maior segurança às interpretações e às conclusões sobre o consenso grupal das representações sociais de universidade.

4 Resultados e discussão

Dos 26 docentes participantes da pesquisa, a maioria é do sexo feminino, apenas 7 eram do sexo masculino. A faixa etária predominante entre os sujeitos varia entre 24 a 65 anos. Já entre os homens, a faixa etária predominante é de 45 a 65 anos, somente um sujeito tem menos de 25 anos. Quanto à raça, 13 sujeitos se autodeclararam negro ou pardo e os outros 13 declararam-se brancos. Há 2 mestres e 24 doutores, sendo que os sujeitos que têm o mestrado são do sexo masculino, enquanto todas as mulheres participantes da pesquisa têm doutorado. Quanto ao quadro de funcionários, todos são efetivos. A respeito da carga horária, 2 participantes do sexo feminino afirmaram trabalhar 40 horas; 1 pessoa, também do sexo feminino, afirma trabalhar 20 horas e os outros 23 participantes afirmam ter dedicação exclusiva. Sobre as atividades desenvolvidas na instituição 4 mencionam ensino e pesquisa; 2 mencionam o ensino e a gestão; 1 desempenha o ensino e a extensão; os demais, 19 participantes afirmam desempenhar o ensino, a pesquisa e a extensão.

O resultado da associação livre gerou um agrupamento com 117 palavras evocadas ao termo indutor “Universidade é...”. Observou-se que a palavra “conhecimento” apareceu com o maior número de evocações, 11 vezes, enquanto, 38 palavras foram evocadas somente uma vez. Logo, após a limpeza de campo, realizamos um reagrupamento de 12 (doze) palavras, que se dividem em núcleo central e periferia, através do qual utilizamos o *score* mínimo de 5 evocações para composição do núcleo central e frequências mínima de 3 evocações para composição da periferia.

No quadro a seguir distribuímos as palavras evocadas em dois quadrantes, nos permitindo assim visualizar um possível núcleo central e os elementos periféricos da representação social de Universidade. A tabela foi dividida da seguinte maneira: no quadrante esquerdo localizamos as palavras que formam o provável núcleo central da representação e no quadrante à direita posicionamos os prováveis elementos da periferia.

Quadro 1 - Palavras evocadas e frequência de ocorrência

NÚCLEO CENTRAL		PERIFERIA	
Palavra evocada	Frequência	Palavra evocada	Frequência
Conhecimento	11	Crescimento	4
Formação	7	Aprendizagem	4
Ensino	6	Ciência	4
Pesquisa	6	Compromisso	4
Trabalho	6	Extensão	3
Social	5	Diversidade	3

Fonte: Elaborado pelas autoras.



No primeiro quadrante a esquerda encontram-se as palavras mais evocadas pelos participantes da pesquisa, categorizadas em ordem de maior frequência de ocorrência. Estas palavras constituem um possível núcleo central das representações sociais de universidade compartilhada pelo grupo investigado. Já o segundo quadrante refere-se ao sistema periférico mais próximo dessa representação, ou seja, são palavras que não foram tão evocadas, mas que ainda assim estão próximas, estão à volta do núcleo central. Pode-se dizer que os elementos apontados na tabela fortalecem o núcleo central. É importante lembrar que, conforme a teoria de Abric (2000), os elementos periféricos podem já ter feito parte do núcleo central, ou muito provavelmente irão pertencer a ele num futuro próximo.

Observamos muita dispersão na amostra do grupo investigado. Pressupomos que isso tenha ocorrido devido ao processo de crise e ataques às universidades, cuja propagação e difusão abala as representações consensualadas no grupo. Ademais, o baixo número de participantes na pesquisa, dificulta o acesso a um consenso mais aprofundando. Todavia, há elementos consensuais e compartilhados na amostra observada, possibilitando que afirmemos uma possível representação social de universidade.

Ao analisarmos a tabela e seu possível núcleo central, podemos localizar as palavras “conhecimento”, “formação”, “ensino”, “pesquisa”, “trabalho” e “social”. Estas palavras foram as mais evocadas e apontadas pelos professores como as mais importantes. Podemos dizer, portanto, que o discurso que circula entre os docentes sobre o que é Universidade possui um sentido ligado a função social e formativa da universidade.

Isto pode ser visto nestas falas do protocolo 4 e protocolo 16:

Conhecimento: “A universidade é o espaço para criação e difusão do conhecimento em benefício da sociedade considerada de maneira plural, democrática”. (P4 – Professor)

Formação: “Considero “formação” a palavra mais importante, pois no meu entendimento o papel precípua da universidade é contribuir para o processo de elevação da formação humana, na perspectiva de avanço de um processo civilizatório baseado no respeito à dignidade humana e na superação de todas as formas de opressão de classe, de gênero, de raça e etnia”. (P16 - Professora)

Para estes sujeitos a universidade tem uma função social e é papel dela formar a criticidade nos sujeitos que a compõem. É importante observar que a representação social dos docentes está ancorada em suas experiências e em seu entendimento sobre a atividade formativa da instituição.

Dante disto, observa-se a importância e a necessidade dos três pilares educacionais: ensino, pesquisa e extensão. A Constituição Federal de 1988, no artigo 207 prevê que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Este trecho refere-se aos três eixos que devem ser desenvolvidos na mesma proporção dentro das instituições. No grupo investigado, foi possível observar que a maioria dos docentes afirma desenvolver de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e extensão dando conta dos princípios previstos na constituição.

Na hierarquização das palavras, o ensino foi apontado pelo protocolo 1 como mais importante, pois “a partir deste se produz pesquisa e extensão” (P1 - Professor). É importante lembrar que até vinte anos atrás o professor era visto como mero transmissor de conhecimento e hoje outros sentidos e significados se agregam como o de mediador de aprendizagem. Percebe-se, por exemplo, que os professores entendem que o ensino não se constitui como mera transmissão de conhecimentos, mas envolve também a pesquisa e a extensão.



Silva (2000) ressalta que as ligações entre ensino, pesquisa e extensão advêm dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel desempenhado pela universidade ao longo de sua história. Andrade e Moita (2009) observam que, ao longo de quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, a legislação educacional gradualmente registrou o esforço para transformar “o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades” (Andrade; Moita, 2009, p. 270).

A palavra “pesquisa” foi evocada 6 vezes pelos docentes. A pesquisa científica, em suma, traduz um ato experimental, de caráter investigatório, orientado e organizado por um método que têm como objetivo a produção ou reconstrução do conhecimento. Observamos nos protocolos 10 e 18 a menção a pesquisa nos seguintes termos:

“Pesquisar, pelo fato da mesma ajudar no desenvolvimento de novos conhecimentos para construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.” (P10 - Professor).

“Pesquisa. Seguimento que revela as descobertas, assim como rebusca com a história novos conceitos em prol da humanidade.” (P18 - Professora)

Nas justificativas acima, podemos observar que ambos os participantes concebem a pesquisa como forma de construção de conhecimento para a sociedade. Para além do desempenho intelectual capaz de consolidar o saber em sua renovação e descoberta, a pesquisa é entendida para além da perspectiva da produtividade, assumida como construção, desenvolvimento e fomento de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

As palavras “trabalho” e “social” fazem parte do núcleo central das representações do grupo investigado, ou seja, foram evocadas mais vezes, todavia não foram hierarquizadas como mais importantes e nem justificadas. Ainda assim, percebe-se que as duas estão ligadas aos elementos normativos da universidade que buscam algum retorno social.

Sobre a função social e política da universidade, o protocolo 9 discorre:

“Emancipação, porque tem o papel social de produzir e socializar o saber sistematizado e a cultura, em articulação com a sociedade, devemos ser ponto de apoio na luta pela transformação social, elevando a consciência acerca da realidade nos processos de ensino, pesquisa e extensão.” (P9 - Professora)

A professora descreve a emancipação do ser como o papel mais importante da universidade, isso porque o direito à educação e o acesso ao conhecimento científico é pontuado como necessário para a pessoa humana e para o exercício de outros direitos. A formação é concebida como um meio civilizatório de enfrentamento e superação das formas de opressão. Segundo Cury (2002), “Assim, seja por razões políticas, seja por razões ligadas ao indivíduo, a educação era vista como um canal de acesso aos bens sociais e à luta política e, como tal, um caminho também de emancipação do indivíduo diante da ignorância”

As palavras evocadas presentes na periferia reforçam o conteúdo do núcleo central e substanciam a representação de universidade compartilhada pelo grupo. A periferia nos mostra palavras que corroboram com este pensamento, tais como “crescimento”, “aprendizagem”, “compromisso” e “diversidade”, pois estão ligadas as palavras já evocadas no núcleo central. Todas estas palavras abrangem diversos elementos, que vão desde aspectos políticos até produção de conhecimento, mas todos têm em comum a dimensão formativa e social do campo, como podemos analisar nos protocolos 11 e 15 da pesquisa, vejamos:

“Compromisso. O compromisso social deve orientar os processos de produção e de socialização do conhecimento que caracterizam a universidade.” (P11 - Professora)

“Compromisso com o trabalho de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos para atender as demandas da sociedade.” (P15 - Professora)



A palavra “compromisso” que constitui a justificativa dos sujeitos acima refere-se não apenas ao compromisso profissional com o trabalho, mas também com a sociedade e com a formação de futuros professores. Segundo Freire (1981), “o compromisso seria uma palavra oca, uma abstração, se não envolvesse a decisão lúcida e profunda de quem o assume. Se não se desse no plano do concreto”. Quando os professores afirmam que o compromisso é a essência da universidade, eles estão cientes de sua existência no mundo, porque comprometer-se com algo é ser capaz de agir e refletir. Os professores entendem-se como sujeitos ativos de mudanças e transformações, e neste caso o campo universitário como ambiente fecundo para tais mudanças.

As justificativas acima apresentam ainda elementos presentes na periferia que articulam a palavra compromisso ao desenvolvimento dos princípios indissociáveis da educação superior que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão, isso porque, como visto no núcleo central, os professores ancoram-se nos processos formativos da universidade.

Crescimento, aprendizagem, diversidade e ciência foram outras palavras que surgiram na periferia, evidenciando assim que o núcleo periférico da representação reforça o que foi visto no núcleo central e, portanto, ancora-se nos processos formativos da universidade, apresentando elementos consensuais compartilhados pelo grupo investigado, um reflexo dos sentidos e significados que os indivíduos e o grupo atribuem à sua experiência com o campo profissional e ao mundo ao seu redor.

Os resultados mostram que a universidade é percebida como um centro de produção de conhecimento, com ênfase na formação social e política dos sujeitos nela presentes. A representação social compartilhada pelos docentes está objetivada na função formativa da universidade e ancora seus elementos em sua função social e política. A pesquisa contribui para a reflexão sobre o papel social deste campo, sua difusão e propagação, sobretudo, em tempos de desprestígio social e descrença na contribuição científica e formativa da universidade.

5 Conclusão

Os achados desta pesquisa assumem especial relevância no contexto contemporâneo, marcado por discursos de deslegitimação e ataques à universidade pública, à ciência e ao trabalho docente. As representações sociais construídas pelos professores contrapõem-se diretamente a narrativas que reduzem a universidade a um espaço improdutivo ou desconectado da sociedade, ao evidenciar que o núcleo central das representações sociais dos docentes está ancorado no conhecimento, na formação, no compromisso social e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao explicitar que os docentes compreendem sua prática como orientada pela emancipação, pela justiça social e pelo retorno social do conhecimento produzido, o estudo contribui para o fortalecimento do debate em defesa da universidade pública enquanto instituição formadora, democrática e socialmente referenciada. Nesse cenário, a docência universitária se configura como uma prática de resistência, capaz de reafirmar o papel político da universidade na produção de saberes críticos e na formação de sujeitos comprometidos com a transformação social, especialmente em períodos de instabilidade política e de questionamento do valor da ciência e da educação pública.

Referências

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 2000.
- ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BÚ, Eduardo do; COUTINHO, Maria do Pilar. A técnica de associação livre de palavras sob o prisma do software Tri-Deux-Mots. **Revista Campo do Saber**, v. 3, n. 1, 2017.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245–262, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- JOVCHELOVITCH, Sílvia. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MAZZOTTI, Tarso. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Em Aberto**, Brasília, v. 14, n. 61, 1994.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- OLIVEIRA, Flávio; WERBA, Gisela. Representações sociais. In: STREY, M. et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, D. C. et al. Análise estrutural das representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2005.



SÁ, Celso Pereira. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: **Reunião Anual da ANPEd**, 23., 2000.

ZABALZA, Miguel Ángel. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

